

Balanco Patrimonial em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$)				
ATIVO	Nota explicativa	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
		31/03/2023	31/03/2022	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.070	51.114	
Contas a receber	5	49.461	31.004	
Impostos a recuperar	6	14.217	9.826	
Outros créditos		3.855	3.004	
Total do ativo circulante		86.603	94.948	
Não Circulante				
Outros créditos	7	731	780	
Direitos de uso	8	6.903	4.570	
Imobilizado e intangível	7	100.815	57.747	
Total do ativo não circulante		108.449	63.097	
Total do Ativo		195.052	158.045	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$)						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Lucros		Reserva de Lucros acumulados	Total
			Legal	Incentivos Fiscais		
Saldos em 31 de Março de 2021		24.900	3.417	63.877	-	92.194
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.589	23.589
Constituição de reserva legal	-	-	1.179	-	(1.179)	-
Dividendos mínimos propostos (R\$ 0,009 por ação)	15(b)	-	-	-	(224)	(224)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	22.186	(22.186)	-
Saldos em 31 de Março de 2022		24.900	4.596	86.063	-	115.559
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.431	14.431
Constituição de reserva legal	-	-	384	-	(384)	-
Reserva de incentivos fiscais	15(c)	-	-	159	(159)	-
Dividendos mínimos propostos (R\$ 0,006 por ação)	15(b)	-	-	-	(139)	(139)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	13.748	(13.748)	-
Saldos em 31 de Março de 2023		24.900	4.980	99.811	159	129.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional. A Veloce Logística S.A. ("Companhia") foi constituída em agosto de 2028 e iniciou suas atividades operacionais após um ano, a partir da conquista de contratos de prestação de serviços logísticos, com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil e na Argentina. Em 2021, a empresa iniciou operações internacionais com os países Uruguai, Paraguai e Chile. Em 2023, também iniciou serviços de transportes refrigerados. A Companhia está sediada na Avenida Lúcio Merenda, 215, em Diadema, Estado de São Paulo. Em 21 de maio de 2020, a Companhia constituiu uma filial na Argentina registrada perante a "Inspección General de Justicia - IGJ" e na "Administración Federal de Ingresos Públicos - AFIP", exclusivamente para viabilizar a operação de transporte internacional entre Brasil e Argentina, cuja administração está concentrada na matriz estabelecida no Brasil. A Companhia tem como principal local de negócios sua matriz brasileira, estando as movimentações da filial Argentina devidamente registradas nos livros societários e sujeita às normas tributárias do Brasil. A Companhia é, desde dezembro de 2011, do Grupo Mitsui, seu controlador e holding, corporação que está presente em diversos países e atua em diversos segmentos econômicos. No Brasil, a Companhia atua nos setores logístico e de transporte com operações em entrepostos aduaneiros.

Encerramento do exercício social. Considerando a prática adotada pelo Grupo Mitsui, para fins de consolidação das demonstrações financeiras na matriz, o encerramento do exercício social da Companhia se dá em 31 de março de 2023.

Continuidade operacional. Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no prazo próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contrapartidas pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Moeda funcional: A moeda funcional é o real - R\$, de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02(R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

2.4. Moeda estrangeira: Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconhecidos pelas taxas vigentes no fim de exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem.

2.5. Uso de estimativas: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.2. Contas a receber: Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustadas ao seu valor presente. A provisão para Perdas de Crédito Esperadas - PCE é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada, conforme efeito mencionado na nota explicativa nº 3.16. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

3.3. Imobilizado: Os itens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada dos valores residuais e os métodos de depreciação são avaliados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme os termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.4. Arrendamentos: Os pagamentos relativos a arrendamentos operacionais, que não se enquadraram no CPC 06 (R2), são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente deste quando o ajuste do arrendamento é confirmado. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, taxa média de juros ao ano utilizada pela companhia e de 5% para imóveis de terceiros e 10% para locação de caminhões, com base na taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário. Na demonstração de fluxo de caixa, os pagamentos de juros e principal de arrendamentos são apresentados como atividade de financiamento.

3.5. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há algum indicativo de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGC individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicativo de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia analisou o valor de recuperação dos ativos e não identificou situações que requerissem o reconhecimento de provisão em 31 de março de 2023.

3.7. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos pas-

Veloce Logística S.A. - CNPJ nº 10.299.567/0001-64

Relatório da Administração

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/03/2023		31/03/2022	
Receita Líquida de Serviços Prestados		16	328.426	239.560	
Custo dos serviços prestados	17	(282.376)	(192.130)		
Lucro Bruto		46.050	47.430		
Recargas (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas	17	(20.421)	(15.705)		
Outras receitas operacionais	17	1.333	6.155		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		26.962	37.880		
Resultado Financeiro Líquido		18	(4.677)	(1.780)	
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		22.285	36.100		
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(5.117)	(9.881)		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	(2.737)	(2.630)		
Lucro Líquido do Exercício		14.431	23.589		
Lucro Básico por Ação - R\$		20	0.580	0.947	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro Líquido do Exercício	14.431	23.589
Outros resultados abrangentes		
Resultado Abrangente Total do Exercício	14.431	23.589
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

(b) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações ao CPC 26(R1) publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contábeis na IAS 1 em relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início da prática período, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações ao CPC 32 - Imposto Diferido Relativo a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

A Administração da Companhia, preliminarmente, não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação dessas normas. Contudo, ao longo de 2023, efetuará análise mais aprofundada para avaliar a existência de eventuais impactos. Se, após a análise, a Administração identificar impactos relevantes, os divulgará imediatamente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representamos o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários. Líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão reconhecidos por:

	31/03/2023	31/03/2022
Caixa	24	27
Bancos	12.165	12.142
Aplicações financeiras (a)	6.881	38.945
Total	19.070	51.114

(a) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados por uma taxa média de 99,5% (99,5% em 2022) da diferença do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a Receber: a) A composição das contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Clientes:		
A faturar	19.866	10.707
A vencer	27.130	17.645
Vencidos:		
Até 30 dias	1.079	1.365
Entre 31 e 90 dias	1.074	1.041
Entre 91 e 180 dias	174	226
Entre 181 e 360 dias	262	24
Acima de 360 dias	194	131
Provisão para perdas de crédito esperadas	(318)	(135)
Total	49.461	31.004

A Companhia apresenta saldo de contas a receber, que é composto substancialmente por: (a) clientes nacionais; serviços, sendo que o faturamento ocorre no Brasil de acordo com os contratos; e (b) clientes na Argentina: serviços, sendo que o faturamento ocorre na Argentina de acordo com os contratos.

b) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas. A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo no início do exercício	(135)	(140)
Reversão (constituição) de provisão	441	(287)
Basas de títulos inadimplíveis	261	292
Saldo no fim do exercício	(318)	(135)

PIS e COFINS a recuperar
 11.465 | 6.543 |

Imposto de Renda PJ (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar
 736 | 127 |

Instituto Nacional de Seguro Social - INSS a compensar
 163 | 163 |

Impostos retidos sobre serviços a recuperar
 1.813 | 983 |

Outros impostos a recuperar
 40 | 10 |

Total **14.217** | **9.826** |

Os impostos a recuperar referem-se: (a) retensões sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização; (b) créditos oriundos de custos com serviços de transporte ligados intrinsecamente com a atividade operacional; (c) créditos originários de depreciação de ativos imobilizados. Conforme expectativa da Administração, serão ativos do pagamento de impostos federais relacionados à nossa atividade.

7. Imobilizado e Intangível

	31/03/2023	2022	
Taxa anual de depreciação/amortização %	Custo	Valor	
Caretas	7.774,66	(25.005) 52.741	30.118
Caretas gráficas	20.432	(1.045) 3.887	4.873
Bitem	20.182	(1.494) 327	687
Caminhões	20.455,9	(12.681) 35.878	10.954
Benefetórias e instalações	14,5 7.340	(3.628) 3.712	1.051
Máquinas e equipamentos	10 3.823	(2.479) 1.344	532
Móveis e utensílios	10 1.335	(612) 723	523
Veículos operacionais	20 759	(349) 410	331
Equipamentos de comunicação	20 191	(151) 40	62
Computadores e periféricos	20 3.153	(2.181) 972	1.009
Adiantamentos para compra de ativos	- 120	- 120	4.550
Softwares	20 5.070	(4.009) 661	917
Total	154.849	(54.034) 100.815	57.747

A movimentação do ativo imobilizado e intangível está demonstrada a seguir:

	31/03/2023	31/03/2022
Saldo inicial	57.747	29.517
Adições:		
Caretas	24.581	9.425
Caretas gráficas	-	4.931
Caminhões	31.790	14.059
Benefetórias e instalações	3.334	-
Máquinas e equipamentos	1.168	210
Móveis e utensílios	371	244
Veículos operacionais	280	-
Equipamentos de comunicação	20	43
Computadores e periféricos	396	395
Adiantamento para compra de ativos (Reclassificação de adiantamento)	(44.219)	4.550
Softwares	103	35
Total de adições	57.614	33.892
Baixas líquidas	(264)	(430)
Depreciação e amortização	(14.293)	(5.232)
Saldo final	100.815	57.747

Análise de indicadores de redução ao valor recuperável do ativo intangível - "impairment": Nos exercícios findos em 31 de março de 2023 e de 2022, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável desses ativos pela Administração.

8. Direitos de Uso

	31/03/2023	31/03/2022	
Prazo médio dos contratos de arrendamento	Custo	Valor	
Imóveis de terceiros	De 2017 a 2026	8.960	(4.250) 4.710
Locação de caminhões	De 2021 a 2026	3.060	(867) 2.193
Total	12.020	(5.117) 6.903	

	31/03/2022	31/03/2022	
Prazo médio dos contratos de arrendamento	Custo	Valor	
Imóveis de terceiros	De 2017 a 2023	5.111	(3.346) 1.765
Locação de caminhões	De 2021 a 2026	3.060	(255) 2.805
Total	8.171	(3.601) 4.570	

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2023		31/03/2022	

...continuação

Veloce Logística S.A. - CNPJ nº 10.299.567/0001-64

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Março de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

23. Partes Relacionadas: a) Transações entre partes relacionadas:

	31 de março de 2023				
	Dividendos a pagar	Arrendamentos			Despesas Financeiras
		Direito de Uso	Passivo de Arrendamentos	Custo do Arrendamento	
Mitsui & Co., Ltd. (i)	139	-	-	-	-
Mitsui Rail Capital Participações Ltda (ii)	-	3.060	(2.337)	(773)	254
Total	139	3.060	(2.337)	(773)	254

	31 de março de 2022				
	Dividendos a pagar	Arrendamentos			Despesas Financeiras
		Direito de Uso	Passivo de Arrendamentos	Custo do Arrendamento	
Mitsui & Co., Ltd. (i)	224	-	-	-	-
Mitsui Rail Capital Participações Ltda (ii)	-	3.060	(2.857)	(323)	120
Total	224	3.060	(2.857)	(323)	120

As partes relacionadas realizaram transações com base nos critérios estabelecidos entre as partes, com as seguintes naturezas:

- (i) Mitsui & Co. Ltd.: Valor correspondente a 1% do lucro líquido de dividendo.
- (ii) Mitsui Rail Capital Participações Ltda: Valor correspondente a contrato de arrendamento de caminhões.

Yusuke Shionoya - Diretor Presidente

As Acionistas e Administradores da

Veloce Logística S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Veloce Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veloce Logística S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Concentração de receitas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31 de março de 2023, uma parcela substancial das receitas da Companhia está concentrada em apenas dois clientes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a

b) Remuneração da Administração: A remuneração de diretores e demais pessoas chave da Administração é classificada como benefício de curto prazo e totaliza R\$912 em 31 de março de 2023 (R\$2.050 em 31 de março de 2022), conforme segue:

	31/03/2023	31/03/2022
Salários, férias e 13º salário	645	1.511
Participação nos lucros e resultados - PLR e gratificação	234	426
Assistência médica e seguro de vida	33	113
Total	912	2.050

24. Informação por Geografia: A Companhia mantém as atividades operacionais com clientes dos setores automotivo e de bens de consumo no Brasil, Argentina e em outros países como Chile, Paraguai e Uruguai. As informações da receita por área geográfica estão detalhadas a seguir:

	31/03/2023				31/03/2022			
	Brasil	Argentina	Outros	Total	Brasil	Argentina	Outros	Total
Receita bruta de serviços:								
Transporte nacional	29.820	-	-	29.820	22.303	-	-	22.303
Transporte internacional	81.235	199.761	7.631	288.627	60.744	145.734	4.938	211.416
Armazenamento - "Cross docking"	7.493	-	-	7.493	3.609	-	-	3.609
Armazenamento - "In house"	8.716	-	-	8.716	7.654	-	-	7.654
Total	127.264	199.761	7.631	334.656	94.310	145.734	4.938	244.982
Deduções	(6.230)	-	-	(6.230)	(5.422)	-	-	(5.422)
Receita líquida de serviços prestados	121.034	199.761	7.631	328.426	88.888	145.734	4.938	239.560

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Marcia Maria Braga de Azevedo - Contadora - CRC SP-257433/O-2

25. Transações que não Afetaram o Caixa

	31/03/2023	31/03/2022
Dividendos propostos	139	224
Adições de arrendamento	3.849	3.614
Total	3.988	3.838

26. Eventos Subsequentes: Ao final do mês de abril de 2023, o governo da Argentina estabeleceu rígidas restrições quanto às remessas de dólares americanos. Além do prazo de 90 dias, imposto pelo BACEN a contar da data da prestação de serviços, o Governo Argentino vinculou que a remessa só poderá ser feita mediante a obtenção de licenças que estão sujeitas à avaliação da Receita Federal, e que podem demorar até 120 dias para aprovação. A Administração da Companhia vem trabalhando juntos aos órgãos competentes na Argentina para obtenção de tais licenças, bem como vem buscando alternativas junto ao cliente para solucionar este tema.

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em reunião realizada em 9 de junho de 2023.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 9 de junho de 2023

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 05/07/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/07/05/VELOCE1570436305072023.pdf>
Hash:16885005615ce260312fbc4a638f515880537ea0ab